A Questão Judaica e a subversão da Cristandade

Wladimir Caetano de Sousa, 14 de março de 2023
Versão modificada: 6 de maio de 2025

A Raul Lemos

Ao longo da história, a judiaria se empenhou em promover reformas na Igreja, sobretudo aquelas voltadas à revisão da doutrina relativa aos judeus. Um dos principais focos dessa ação foi a tentativa de suprimir do missal romano da Sexta-Feira Santa a prece tradicional *Oremus et pro Iudaeis* — o que de fato se concretizou com a reforma ocorrida em 1955[1] — bem como a leitura do prólogo do Evangelho de São João após a Missa — texto este considerado por muitos setores do judaísmo como o mais veementemente “antissemita” dos evangelhos —, cuja eliminação foi levada a cabo com a reforma litúrgica empreendida pelo Concílio Vaticano II. Tais mudanças foram viabilizadas, em grande medida, por meio de uma intensa pressão política e diplomática exercida sobre o Vaticano, articulada por entidades influentes do mundo judaico, como o *American Jewish Committee*, que, às vésperas do Concílio Vaticano II, chegou a elaborar um dossiê detalhado apontando os “problemas” da liturgia católica e sugerindo reformas específicas.[2]

O Concílio Vaticano II, nesse contexto, pode ser interpretado como o marco de uma nova era: a da amizade forçada entre católicos e judeus, baseada na aceitação, por parte da Igreja, de uma narrativa de culpa histórica. Segundo essa narrativa, o antissemitismo europeu — culminando no alegado Holocausto — teria sido alimentado pelas estruturas e ensinamentos da própria Igreja. Esse discurso provocou, entre os católicos, uma espécie de síndrome de culpa coletiva, desarmando-os diante das pressões externas e minando sua confiança em sua própria tradição.

A atenção desviada para a ameaça comunista — cujo principal instrumento de infiltração no Ocidente era, à época, a KGB soviética — fez com que muitos deixassem de notar a atuação persistente de outras forças igualmente subversivas, embora menos visíveis. A presença judaica organizada, por exemplo, operou com habilidade no interior da civilização cristã, influenciando mudanças doutrinais e

---

[1] Cf. Dr. Yuri Maria, *O complô anti-litúrgico*. Editora Ação Restauracionista, 2024.
[2] Cf. *Anti-Jewish Elements in Catholic Liturgy: a memorandum to The Secretariat for Christian Unity*. New York: The American Jewish Committee, November 17, 1961.

sociais profundas, frequentemente em nome de uma pretensa reconciliação. A resistência a esse processo, contudo, não foi nula. Durante o pontificado de São Pio X, por exemplo, foi criada a *Sodalitium Pianum*, também conhecida como *La Sapinière*, uma organização formada por clérigos dedicados à vigilância e à denúncia de heresias e infiltrações ideológicas no interior da Igreja. A morte do pontífice, porém, marcou o enfraquecimento dessa linha combativa. Convém recordar que o próprio São Pio X foi eleito após o veto imperial austríaco à candidatura do cardeal Rampolla del Tindaro, notoriamente ligado à maçonaria — uma clara indicação de que a infiltração já existia mesmo antes do século XX.

Essa cegueira quanto aos verdadeiros agentes políticos por trás das mudanças culturais e institucionais se alimenta da falsa oposição entre comunismo e liberalismo. O comunismo, longe de representar uma ruptura com o liberalismo, é, em sua essência, um desenvolvimento da mitologia liberal. Havia, no século XIX, múltiplas correntes socialistas, sendo que Karl Marx — cujo nome de batismo era Mordechai Levi — denominava a sua proposta como *socialismo científico*, em oposição aos socialismos "românticos" ou "utópicos".[3] De modo que o comunismo é um tipo de socialismo: o socialismo dos judeus, empreendido, liderado, fomentado por eles e para eles. Vladimir Lenin (Ilich Ulin, ou Vladimir Ilich Ulianov, ou Nicolás Lenine) tinha ascendência judaica; Léon Trotsky (Lev Davidovich Bronstein) era judeu; a ascendência judaica de Josef Stálin (Iosiph David Vissarianovih Djugashvili-Kochba) ainda é objeto de debate, conquanto haja sérios indícios positivos. Nem mencionarei aqui a profusão de judeus presentes nos escalões intermediários da hierarquia bolchevique, fato que permanece ainda, em grande medida, como um tabu nos meios acadêmicos.

E eles contaram com amplo financiamento de banqueiros judeus, como Jacob Schiff, Abraham Kuhn e Solomon Koeb (da Kuhn, Loeb & Co.), Otto Kahn, Félix Warburg, Mortimer Schiff, Jerônimo H. Hanauer, Max Breitung e a família Guggenheim, entre outros. Essas figuras foram determinantes para o êxito da Revolução Russa, frequentemente ignorada em sua gênese étnico-ideológica.

Tal origem explica, em parte, o ódio visceral que o regime soviético demonstrou contra o cristianismo. O fenômeno da *desidentificação* — isto é, a frieza com que esses líderes trataram o povo russo — torna-se mais compreensível se admitirmos que tais indivíduos não eram russos étnicos, mas judeus. Soldados do Exército Vermelho frequentemente relatavam o espanto diante da crueldade de seus

---

[3] Cf. Aloísio Teixeira (org.), *Utópicos, heréticos e malditos. Os precursores do pensamento social de nossa época* (Rio de Janeiro: Record, 2002), e Padre Fernando Bastos de Ávila, *O pensamento social cristão antes de Marx* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1972).

comandantes, muitos dos quais pertenciam aos serviços de inteligência e provinham do mesmo grupo étnico.

A estratégia judaica, no entanto, não se limitou ao campo socialista. No liberalismo, encontramos outro instrumento poderoso, o qual tem suas raízes no que eu denominei *voluntarismo contratualista*, princípio jurídico que sustenta a validade absoluta dos contratos com base na vontade das partes (*pacta sunt servanda*), independentemente de seu conteúdo moral. Tal ideia seria inaceitável para os escolásticos medievais, que viam na razão natural e no bem comum os critérios legítimos de validade contratual. O liberalismo jurídico surgiu como instrumento de legitimação da usura — pecado historicamente condenado com veemência pela Igreja, mas hoje inteiramente tolerado sob a égide de um capitalismo financeirizado.

A proibição da usura, o "pecado que era mortal e agora não é", como afirma ironicamente Michael A. Hoffman II[4] — entendida como qualquer ganho além do capital principal num contrato de mútuo — foi reiterada por sucessivos concílios, santos padres e doutores da Igreja. Os termos são complicados. Mas na maior parte dos casos a usura é cometida numa relação de empréstimo a juros. Não há fenômeno natural ou econômico capaz de acompanhar os efeitos exponenciais dos juros compostos, tampouco é admissível, sob a lógica cristã, firmar contratos que garantam lucros independentemente das circunstâncias — como os que vigoraram, sem exceção, durante a recente fraudemia —, pois o futuro, por definição, é contingente.

O liberalismo, portanto, antes de ser uma doutrina econômica ou política, é uma construção jurídica erigida para legitimar práticas contrárias à moral cristã. Sua extensão à esfera macroeconômica contou com o apoio de grandes financistas, e sua consolidação como corrente política se deu apenas quando os beneficiários dessas práticas puderam ditar os rumos dos Estados.

Os judeus, é claro, não ficariam de fora desse jogo. Em campeonato de usura vence, por definição, o mais usurário, e eles sempre foram os mais assanhados. Excluídos da posse da terra por diversas legislações locais, concentraram-se historicamente no acúmulo de capital móvel. Essa especificidade lhes permitiu tomar a dianteira na ascensão do capitalismo financeiro. A Revolução Gloriosa, por exemplo, foi financiada por Francisco Lopes Suasso, judeu radicado na Holanda, descendente de sefarditas espanhóis expulsos por Isabel, a Católica, por

---

[4] *Usury in Christendom: The mortal sin that was and now is not* (Independent History and Research, 2016).

meio do Decreto de Alhambra (1492). Suasso apoiou Guilherme de Orange na invasão da Inglaterra, em troca da fundação de um banco central. Assim nasceu, em 1694, o Banco da Inglaterra, sob controle de acionistas judeus, e operando em regime de reserva fracionária — verdadeira pedra angular do sistema bancário moderno.

Dominada a Inglaterra, a próxima etapa era subverter a França. Para isso, criou-se a Maçonaria (1717), com seu amálgama de rituais extraídos do hermetismo egípcio e grego e do gnosticismo judaico, cujo objetivo era envolver os *goyim* (isto é, os não-judeus) em uma trama de poder revolucionária. A Revolução Francesa, longe de ser um levante popular espontâneo, foi o triunfo dessa engenharia secreta. Começaram então a emergir em profusão dessa seita vários pseudo-intelectuais iconoclastas, empenhados em falar mal de tudo e de todos. E que clamores eles entoavam? Liberdade, igualdade e fraternidade — valores que, na Cristandade, já existiam sob outras formas, exceto o da igualdade absoluta, tão cara àquele grupelho que vivia segregado em guetos e almejava plena integração social.

Para além da carnificina, a Revolução de 1789 culminou, em 1791, na emancipação dos judeus na França — a primeira da Europa — e, em 1807, na convocação por Napoleão do *Grande Sanhedrin*, reunindo rabinos de toda a França para estabelecer as bases de um novo relacionamento com o poder. O escândalo foi geral entre os católicos: entendeu-se que os judeus estavam envolvidos também naquela enorme conspiração contra a Cristandade.

Meio século de liberdade civil para a judiaria impor sua moral social heterodoxa foi suficiente para que o tema se tornasse central no debate intelectual europeu. Até Karl Marx ofereceu sua reflexão no famoso *Sobre a Questão Judaica*. Em 1890, a revista dos jesuítas, *La Civiltà Cattolica*, publicou um número especial advertindo que, no dia em que a civilização deixasse de ser católica, ela seria inevitavelmente governada por judeus.[5] Não se pode negar o caráter profético dessa afirmação. Hoje, os meios de comunicação, as bolsas de valores, o entretenimento e o sistema financeiro internacional estão profundamente marcados por essa hegemonia. Wall Street (enclave de *Jew* York City) e Hollywood tornaram-se centros de poder judaico, comumente ironizados pelos próprios membros dessa elite. Rothschild é o pai do mercado de dívida pública internacional — o moderno sistema financeiro mundial é criação dele e de seus pupilos. E o que os americanos já torraram de grana (e vidas humanas) em favor do seu "grande aliado", Israel, não está no gibi.

---

[5] *The Jewish Question in Europe: the causes, the effects, the remedies*, from *La Civiltà Cattolica*, vol. VII, n. XIV, 1890. Disponível em: https://archive.org/details/civiltacattolicathejewishquestionineurope. Acesso em: 15 mar. 2023.

Os judeus sempre estiveram no meio de nós. A obra *O Complô contra a Igreja*, publicada pelo Padre Joaquín Sáenz y Arriaga sob o pseudônimo Maurice Pinay, reúne extensa documentação sobre as perseguições empreendidas contra os católicos, as reações dos santos e papas, bem como os concílios que enfrentaram esse desafio.[6] Ignorar esse ator histórico é negligenciar uma das chaves para compreender o destino da Cristandade. Muitos fios soltos se conectam quando se admite a presença contínua e articulada do poder judaico. Questões como a liturgia, a infiltração da KGB e o orientalismo eclesiástico ganham novas luzes. A destruição da *romanitas*, via atração dos fiéis para o cisma ortodoxo sob líderes comprometidos com a subversão, pode muito bem ter sido parte da mesma estratégia. A KGB e o poder judaico ocidental não seriam, nesse caso, senão tentáculos do mesmo polvo.

A bibliografia sobre o tema é vasta e intrincada. O trabalho de E. Michael Jones, *The Jewish Revolutionary Spirit*, é uma referência fundamental,[7] apesar de misteriosamente ignorada pela direita tupiniquim. Se há um ponto de partida recomendado — ou melhor, dois —, é ele e Padre Sáenz y Arriaga.

---

[6] Editorial J. Castelo Branco, 1970.
[7] Fidelity Press, 2022.